

RECURSO ESPECIAL Nº 1.708.834 - RJ (2017/0025601-0)

RECORRENTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : MARCELO ORTIGAO BENIGNO DE CARVALHO E
OUTRO(S) - RJ057899
RECORRIDO : LUIS EDUARDO GUIMARAES SALEMA
ADVOGADO : JOÃO CARLOS JUNIOR SIMIANO - RJ174621

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado:

AGRAVO INTERNO. Decisão monocrática que deu parcial provimento ao apelo interposto pelo réu, ora agravante, para determinar a incidência dos juros de mora a contar do trânsito em julgado da sentença, na forma preconizada pelo artigo 1º-F, da lei nº 9.494/1997, até a alteração instituída pela Lei 11.960/2009, em observância ao enunciado de nº 188 da súmula de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Ação de obrigação de fazer, com pedido de repetição de indébito. Rito ordinário. Policial Militar.

Contribuição compulsória para o Fundo de Saúde. Sentença de procedência do pedido. Inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 3.465/2000 reconhecida pelo Órgão Especial deste TJERJ.

Possibilidade de manutenção da assistência médica ao autor e seus dependentes. Artigo 48, inciso IV, número 5, da Lei nº 443/1981.

Precedentes desta Corte Estadual. Agravo interno que não apresenta elementos novos aptos a modificar a decisão da relatora, que se mantém. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Na origem, trata-se de ação ordinária com pedido de obrigação de fazer e repetição de indébito, ajuizada por Luís Eduardo Guimarães Salema, Policial Militar, pretendendo: (i) a suspensão dos descontos mensais em seu contracheque, efetuados sob a rubrica de Fundo de Saúde; (ii) a manutenção da assistência médico-hospitalar, para si e seus dependentes, nas unidades de atendimento dos policiais militares; e, (iii) a devolução dos valores descontados àquele título.

Deu-se, à causa, o valor de R\$ 1.938,68 (um mil, novecentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos).

No presente recurso especial, o recorrente aponta violação dos arts. 535 do CPC/73 e 884 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, que, mesmo instado a tanto, o Tribunal de origem deixou de se manifestar acerca da alegada violação ao art. 884 do CC/02.

No mérito, defende que a disponibilização de serviço médico-hospitalar diferenciado sem o pagamento pelo beneficiado de contraprestação econômica por tais serviços gera enriquecimento sem causa em benefício do Autor.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não conhecimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultratividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

Em relação à indicada violação do art. 1.022 do CPC/15 pelo Tribunal *a quo*, não se vislumbra a alegada omissão da questão jurídica apresentada pelo recorrente, qual seja, a alegada violação ao art. 884 do CC/02, tendo o julgador abordado a questão à fl. 137, consignando que:

5. Não há que se falar em omissão, tendo em vista que não está o julgador obrigado a repetir todas as questões invocadas pelas partes, bastando que uma delas tenha sido suficiente para o julgamento do recurso, entendimento este que foi sumulado, inclusive, por este Tribunal de Justiça, conforme se verifica:

Enunciado nº 52 - Inexiste omissão a sanar através de embargos declaratórios, quando o acórdão não enfrentou todas as questões argüidas pelas partes, desde que uma delas tenha sido suficiente para o julgamento do recurso.

6. Contudo, registre-se, com relação à alegada omissão pela não manifestação acerca do artigo 884 do Código Civil brasileiro, não ter sido tal dispositivo legal sequer mencionado nas razões do agravo interno interposto pelo ora recorrente, sendo desinfluyente na espécie diante sobretudo da maciça jurisprudência desta Corte Estadual sobre a matéria dita controvertida [conforme item 9 da decisão monocrática (fls. 84/85 – índice 82)].

7. Quanto às demais questões argüidas, verifica-se ter sido o aresto embargado elucidativo, conforme se verifica da leitura, em especial, dos seus itens 4 e 5.

8. Assim, denota-se a pretensão do recorrente em obter o reexame de matéria já decidida, sendo incabível a utilização de embargos de declaração para obter nova apreciação dos fundamentos do acórdão, tendo em vista os estreitos limites desta via recursal. Nesse diapasão, não se tendo incorrido em nenhuma das hipóteses previstas no artigo 535 do Código de Processo Civil, devem ser rejeitados os presentes embargos.

9. Registre-se, para fins de prequestionamento, inexistir afronta aos

dispositivos legais elencados no item 2 do relatório deste voto.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação do embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Descaracterizada a alegada omissão, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1.022 do CPC/15, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. GREVE. DESCONTOS DOS DIAS PARADOS. CABIMENTO, SALVO SE HOUVER ACORDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, verifico que o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. É entendimento consolidado no âmbito do STJ que é legítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento grevista, diante da suspensão do contrato de trabalho, nos termos da Lei 8.112/1990, salvo a existência de acordo entre as partes para que haja compensação dos dias paralisados. Ressalta-se que não consta nos autos que foi feita compensação dos dias parados.

3. Recurso Especial não provido. (REsp 1.616.801/AP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 13/9/2016).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. ART. 47 DO CPC/1973. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexiste violação ao art. 535 do CPC/1973, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal a quo apreciou a demanda em toda a sua extensão, fazendo-o de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam.

2. Não se conhece da violação a dispositivos infraconstitucionais quando a questão não foi enfrentada pelo acórdão recorrido, carecendo o recurso especial do necessário prequestionamento (Súmula 211/STJ), sobretudo quando a parte, mesmo opondo embargos de declaração na origem, não suscitou a omissão na análise dos referidos aspectos.

3. Infirmar a conclusão alcançada pela Corte de origem, quanto a existência de litisconsórcio necessário tão somente em relação a duas candidatas, que foram lotadas na localidade onde pretendem as agravadas lotação, considerando, para tanto, os limites da sentença de primeiro grau,

pressupõe o cotejo da referida sentença com o conjunto probatório do feito, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: AgRg no Ag 1403108/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 10/12/2015.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.592.075/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016).

No mais, verifica-se que o Tribunal *a quo*, para decidir a controvérsia, interpretou legislação local, *in casu*, a Lei Estadual nº 3.465/2000 e Lei Estadual nº 443/1981, o que implica a inviabilidade do recurso especial, aplicando-se, por analogia, o teor do Enunciado n. 280 da Súmula do STF, que assim dispõe: “Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.”

Nesse diapasão, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO-BASE DE TELEFONIA. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL. LEI MUNICIPAL 13.756/04 E DECRETO MUNICIPAL 44.944/04. MATÉRIA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 26/08/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisão publicada na vigência do CPC/73.

II. Segundo consta do acórdão recorrido, a "Prefeitura Municipal de São Paulo propôs ação demolitória, em face da Tim Celular S/A, perante o Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, objetivando a remoção da estação de rádio base instalada irregularmente, em razão de o equipamento estar em funcionamento sem prévio licenciamento urbanístico". O Tribunal de origem manteve a sentença de procedência.

III. A questão controvertida nos autos foi solucionada, pelo Tribunal de origem, com fundamento em leis locais (Lei municipal 13.756/04 e Decreto municipal 44.944/04). Assim, torna-se inviável, em Recurso Especial, o exame da matéria nele inserida, diante da incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário". Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp n. 709.574/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 14/9/2015; REsp n. 1.455.034/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 6/4/2015.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 970.011/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 24/5/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. REAJUSTES REMUNERATÓRIOS. LEIS MUNICIPAIS. INCIDÊNCIA. MATÉRIA LOCAL. SÚMULA 280/STF.

1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.217.076/SP, representativo de controvérsia repetitiva, firmou o entendimento de que "A discussão, na fase de liquidação, a respeito dos supervenientes reajustes concedidos pela legislação municipal (Lei 12.397/97) e seus reflexos no cálculo do percentual devido e no cumprimento da

condenação imposta envolve exclusivamente interpretação e aplicação de direito local, insuscetível de reexame por recurso especial. Aplicação, por analogia, da Súmula 280 do STF" (Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 14/10/11).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg nos EDcl no AREsp n. 4.111/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/10/2014, DJe 12/11/2014.)

Ademais, ainda que ultrapassado o óbice acima mencionado, verifica-se que o artigo 884 do CC/02 somente foi trazido ao debate quando da oposição dos embargos declaratórios de fls. 121-130, não tendo sido a matéria ventilada sequer nas razões de apelação de fls. 55-64, ou no agravo regimental de fls. 94-108, constituindo verdadeira inovação recursal, constatada no julgamento dos declaratórios à fl. 137, a incidir, na hipótese, por analogia, o enunciado da Súmula nº 284/STF.

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa parte, nego-lhe provimento, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator